



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002296-24.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Josefa de Jesus**
 Requerido: **LOJAS AMERICANAS S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um produto da ré, mas constatou quando de sua entrega que era diverso do que havia comprado.

Como o impasse não foi resolvido, almeja à rescisão do contrato e à restituição do valor pago.

Deixo de analisar a contestação de fls. 15/23, porquanto ofertada por quem não é parte no processo.

Por outro lado, rejeito a preliminar de ilegitimidade ad causam suscitada pela ré a fls. 25/26.

Isso porque os documentos de fl. 03 - não refutados em momento algum - demonstram que a aquisição em apreço foi implementada no estabelecimento das **LOJAS AMERICANAS S/A**, situado na Rua General Osório, 753, nesta cidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

O liame jurídico entre as partes nasceu daí, não se confundindo a espécie vertente com aquelas que atinam a compras ultimadas por meio da rede mundial de computadores.

Se a ré de algum modo levou a cabo providências junto a terceiro para a consecução do negócio isso não projeta efeitos à autora, que delas não participou e que firmou transação somente com a ré, a qual ostenta condição para figurar no polo passivo da relação processual.

Rejeito a prejudicial arguida, pois.

No mérito, as considerações já expendidas são aqui reiteradas.

A responsabilidade da ré está cristalizada a partir do reconhecimento de que realizou a venda diretamente à autora, fazendo frente aos seus desdobramentos.

Não se pode olvidar que sua responsabilidade encontra amparo no art. 18 do CDC, o qual dispõe sobre a solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção.

Oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

É óbvio, como decorrência da solidariedade, que poderá o comerciante acionado para a reparação dos vícios no produto (ao que se assemelha o que sucedeu no caso dos autos) *“exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante”* (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223), de sorte que não se cogita da aplicação do art. 14, § 3º, inc. II, do mesmo diploma legal.

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

Por fim, mesmo que se entenda que o negócio foi feito pela internet, ainda assim subsistirá a responsabilidade da ré porque, tendo-o intermediado, sua atuação representaria importante atrativo a possíveis interessados nesse tipo de compra.

A veiculação de anúncios implica nesse contexto atividade comercial que estabelece ligação com as vendas encaminhadas a partir daí, sendo por isso que se consumam.

Fica patenteado de qualquer modo o vínculo da ré na cadeia de produção e em consequência não se concebe que se exima pelo que veio então a suceder.

Não houve impugnação alguma à entrega para a autora ter tido como objeto produto diverso do adquirido, o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida diante da falta de lastro a dar respaldo à subsistência da transação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato de compra e venda celebrado entre as partes, bem como a inexigibilidade de qualquer débito dela oriundo em desfavor da autora, e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 315,25, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2014 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse da autora; decorrido tal prazo in albis, poderá a autora dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**